

INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dayane Rodrigues de Oliveira Belmiro¹

Wesley Lima de Andrade²

RESUMO

Quis-se com o estudo em questão mostrar os resultados de uma pesquisa Bibliográfica e teve como objeto de estudo e análise a educação inclusiva. Com a pretensão de mostrar os encaminhamentos acerca do processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais que é esperada há anos, por todos os que dela necessitam principalmente os pais dos respectivos educandos e uma boa parte da sociedade brasileira. Os princípios que fundamentam a educação de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais têm como finalidade a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania. Diante desses fatos procurou-se investigar qual é a participação dos docentes e da formação desses docentes no processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais na Educação Infantil. Investigou-se se há aceitação por parte da maioria dos profissionais de educação e de alguns membros da sociedade em relação a obrigatoriedade do ingresso de alunos com Necessidades Especiais nas escolas de ensino regular procurou-se saber qual é a visão dos profissionais em educação, diante da Inclusão de Alunos Especiais mais precisamente na Educação Infantil. Direcionou-se este estudo para a busca da compreensão dos problemas aqui expostos e também no intuito de que este material possa servir como referencial informativo para aqueles que porventura interessarem na leitura do mesmo. Para respaldo e fundamentação das ideias propostas realizou-se uma pesquisa bibliográfica documental descritiva, também conhecida como pesquisa qualitativa, descrita por Ludke e André (2012), como aquela que tem o ambiente como fonte natural dos dados e o pesquisador como instrumento principal, de modo que os dados coletados se encontram devidamente expostos, comentados e analisados neste trabalho.

Palavras-chave: Leis. Inclusão. Educação Infantil. Necessidades especiais.

ABSTRACT

With the study in question, we wanted to show the results of a bibliographic research and had inclusive education as an object of study and analysis. With the intention of showing the referrals about the process of Inclusion of Students with Special Needs that has been expected for years, by all those who need it, especially the parents of the respective students and a good part of Brazilian society. The principles that underlie the education of people with special educational needs are intended to preserve human dignity, the search for identity and the exercise of citizenship. Given these facts, we sought to investigate the participation of teachers and the training of these teachers in the process of Inclusion of Students with Special Needs in Early Childhood Education. It was investigated whether there is acceptance by most education professionals and some members of society in relation to the mandatory admission of students with Special Needs in regular schools. of Inclusion of Special Students more precisely in Early Childhood Education. This study was directed to the search for understanding the problems exposed here and also in order that this material can serve as an informative reference for those who may be interested in reading it. To support and substantiate the proposed ideas, a descriptive documentary bibliographic research was carried out, also known as qualitative research, described by Ludke and André (2012), as one that has the environment as a natural source of data and the researcher as the main instrument, from so that the collected data are properly exposed, commented and analyzed in this work.

Keywords: Laws. Inclusion. Child education. Special needs.

¹ Discente no curso de Pedagogia em EaD no Instituto Federal Goiano-Campus Urutaí. Email: dayane.belmiro@estudante.ifgoiano.edu.br. Trabalho de finalização de curso.

² Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. E-mail: Wesley.andrade@ifgoiano.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que segue tem como tema o processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais. Trata-se de uma temática de relevância uma vez que é esperada há anos, por todos os que dela necessitam principalmente os pais dos respectivos educandos e uma boa parte da sociedade brasileira. Logo, o objetivo geral aqui proposto teve como foco conhecer como acontece, a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Os objetivos específicos que se apresenta, consistem em Compreender a inclusão a partir do desenvolvimento científico e ético da humanidade, discorrer sobre o processo histórico das pessoas com necessidades especiais e conhecer a legislação que regulamenta o ingresso da pessoa com necessidades especiais na Educação Infantil.

A temática em questão apresentou como justificativa a necessidade de se conhecer e aplicar os princípios que fundamentam a educação de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais têm como finalidade a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania. Os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dependendo do seu grau de deficiência, podem ser matriculados na Educação Infantil, para socializar-se e desenvolver-se de acordo com o seu grau de capacidade, em uma sala de aula comum, junto de crianças consideradas “normais”. Com essa convivência todos ganham.

Uns aprendem com os outros e as próprias crianças consideradas “normais” deixam de ter preconceitos para com os portadores de alguma deficiência. A escola, ao se tornar um espaço inclusivo, tem que se reorganizar, mudar a filosofia de educação que sustenta o projeto político pedagógico que revela o modelo de gestão, bem como o currículo da unidade escolar. Diante desses fatos quis-se investigar qual é a participação dos docentes e da formação desses docentes no processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais na Educação infantil e aliado a isso, verificar se há aceitação por parte da maioria dos profissionais de educação e de alguns membros da sociedade em relação a obrigatoriedade do ingresso de alunos com Necessidades Especiais nas escolas de ensino regular. E se esses profissionais tiveram a devida formação para trabalhar com a diversidade, junto com os demais educandos.

Quis-se conhecer também qual é a visão dos profissionais em educação, diante da Inclusão de Alunos Portadores de Necessidades Especiais na Educação Infantil e se as escolas estão, física e pedagogicamente, adaptadas para a inclusão e se houve uma preocupação por parte do município em adaptar as escolas já existentes para receberem esses educandos.

As pessoas que apresentam necessidades especiais (deficiência mental, auditiva, física, visual e de altas habilidades), representam uma boa parcela da população brasileira. Essas pessoas, em sua maioria, possuem uma vasta experiência de exclusão, que se traduz em grandes limitações nas possibilidades de convívio social e o usufruto dos equipamentos sociais.

No Brasil uma pequena quantidade da população com algum tipo de deficiência tem acesso a atendimento, além de serem submetidos a diversos tipos de discriminação. Os avanços no pensamento sociológico, filosófico e legal vêm exigindo, por parte do sistema educacional brasileiro, o andar da prática segregacionista que ao longo da história marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

A lei de Diretrizes e Bases no seu capítulo V, da Educação Especial, parágrafo 3º, determina que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos durante a educação infantil até o ensino médio”.

A problemática norteadora do estudo em questão suscitou-se averiguar se os profissionais de educação concordam com a Inclusão ou são obrigados a aceitá-la por meio de uma imposição oficial. Assim, as questões abaixo ajudam a compreender o problema que deu origem à pesquisa e ao trabalho. As hipóteses apresentadas foram de que todos os alunos, em determinado momento de suas vidas escolares, podem apresentar necessidades educacionais e os professores em geral, conhecem ou deveriam conhecer diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto nota -se que inclusão desses alunos é de fato desafiadora, porquanto existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos pedagógicos e apoio de caráter mais especializados que proporcionam ao aluno, meio para acesso aos currículos que não se encontra nos objetivos da escola comum. Essas são as chamadas Necessidades Educacionais Especiais.

Contudo, a realização do trabalho em questão se fez tendo por base a pesquisa bibliográfica documental descritiva, também conhecida como pesquisa qualitativa, descrita por Ludke e André (2013), como sendo a pesquisa que tem o ambiente como

fonte natural dos dados e o pesquisador como instrumento principal. Assim sendo, a revisão bibliográfica sobre o assunto, ou seja, a seleção de livros e textos relacionados ao assunto proposto na problemática da pesquisa.

Vale considerar, que as necessidades especiais sejam elas temporais ou definitivas, é algo que abrange uma grande quantidade de educandos. Isso significa que as necessidades educativas escolares de pessoas cegas, por exemplo, têm características próprias e diferenciadas dos alunos surdos ou dos que têm paralisia cerebral, ou daqueles portadores de deficiência mental, ou dos autistas. A educação inclusiva é anunciada como a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos que apresentam deficiências, altas habilidades e condutas típicas de Síndromes. É identificada, hoje, como o caminho mais eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da evocação para todos e com todos.

1. 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão social, de alunos com necessidades especiais, na Educação Infantil, é um processo pelo qual a sociedade e o portador de necessidades procuram adaptar-se tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, a possibilidade de uma sociedade para todos. Segundo Sasaki (2009, p. 67), “A inclusão na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.”

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, preconiza todos os direitos e acesso das pessoas com deficiência em todos os locais e porque não, à escola? A escola deve promover o desenvolvimento físico e afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, desenvolver-se para cuidar uma das outras e conquistar as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos. Fleetham, Sinclair e Tetlie, apud Sthanback (1.999, p. 19).

Para que isso aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e principalmente apto a aprender a aprender. Tem sido constantemente observado que os alunos com níveis diferentes de deficiência aprendem mais em ambiente integrados, onde lhes são proporcionados experiências e apoio educacional adequado do que quando estão em ambientes honras segregadas. Brinker e Thorpe apud Stainback (1.999, p. 22). E essa busca de respostas para atender à diversidade do processo pedagógico fica, com certeza, mais rico propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

A escola inclusiva deve atender ao pluralismo cultural de seus alunos e buscar respostas individuais para as necessidades especiais. Como diz Mantoan (2010, p. 68) “(...) cabe à escola respostas educativas para as necessidades de seus alunos “.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado no estudo em questão se fez com a pesquisa bibliográfica, que consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico e tem como objetivo reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Uma vez feita a escolha de uma temática específica para ser usada, a pesquisa bibliográfica precisa se ater ao tema que foi escolhido pelo pesquisador, servindo como modo de se aprofundar no assunto. Assim sendo, além de delinear um histórico sobre o objeto de estudo, a pesquisa em questão, também ajuda a identificar contradições e respostas anteriormente encontradas sobre as perguntas formuladas.

Outro fator que preponderante no caso da referida pesquisa, é a atenção que deve ser dada nos casos para aqueles trabalhos com problemáticas semelhantes de modo a verificar os resultados para avaliar se vale a pena repetir a investigação. A partir da pesquisa bibliográfica pode-se descobrir qual a melhor metodologia a ser utilizada para produzir o trabalho.

De posse do conhecimento de como funciona a pesquisa bibliográfica vale registrar, que o delineamento metodológico teve como suporte a utilização de uma

bibliografia diversificada sobre o assunto, de modo a fundamentar os objetivos propostos e responder à problemática apresentada.

A definição da metodologia por sua vez, colabora com a escolha de como se pretende investigar a realidade, baseando-se num problema ou numa oportunidade real de uma situação. De acordo com Pádua (1996, p. 33) “a pesquisa bibliográfica compreende a leitura, análise e interpretação de livros, textos legais, mapas, fotos, etc.” Logo, qualquer documento que fundamente o assunto apresentado, deve ser submetido a uma seleção e a partir desta, será possível estabelecer um plano de leitura. Leitura esta, que deve ser feita com critério e atenção, uma leitura sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichamentos que, eventualmente, servirão à fundamentação teórica do estudo.

A realização da pesquisa em questão também teve como respaldo a pesquisa bibliográfica documental descritiva, também conhecida como pesquisa qualitativa, descrita por Ludke e André (2013), como sendo a pesquisa que tem o ambiente como fonte natural dos dados e o pesquisador como instrumento principal. Assim sendo, a revisão bibliográfica sobre o assunto, ou seja, a seleção de livros e textos relacionados ao assunto proposto na problemática da pesquisa.

Após essa revisão, fez-se um levantamento em livros, revistas, artigos referentes ao assunto pesquisado e a elaboração do conteúdo estudado por meio de fichamento dos textos. Analisou-se ainda pensamentos e propostas dos autores mencionados na bibliografia e no texto para ajudar na fundamentação teórica do trabalho.

O estudo em questão foi direcionado para a busca da compreensão dos problemas aqui expostos. Ao estudar a temática, é possível compreender que a educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com necessidades especiais devem fazer parte das escolas. Essas escolas devem modificar seu funcionamento para incluir os alunos com necessidades especiais.

Essa é a mensagem que foi claramente transmitida pela Conferência Mundial de 1.994, da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais. Em um sentido mais amplo, o ensaio inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas regulares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta do sistema inclusivo está dando oportunidade às crianças com necessidades especiais participarem de ambientes até então exclusivos apenas aos “normais”. Sendo assim, é importante que o profissional de educação compreenda como é que ocorre o processo pelo qual a inclusão ocorre.

Para incluir todas as crianças, independentemente de suas características, a escola deve ser modificada. Essa modificação deve ser o entendimento de que é preciso ser capaz de entender às necessidades de seus membros.

A participação conjunta, na busca da inclusão, gera uma situação que necessita reflexão. Os profissionais que atuam diretamente com a Educação infantil não devem ser indiferentes às diferenças existentes ou ignorar a diversidade que os cercam. Ao contrário, deverão conhecer as características do grupo, até mesmo para diagnosticar qual tipo de diversidade que está sob sua responsabilidade.

Assim sendo, o direito da criança com deficiência à matrícula em classes comuns da Educação Infantil é amparado no artigo 205 da Constituição Federal, que prevê “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania.

Diante do exposto, observa-se se pela frente um longo caminho a percorrer, para que a inclusão possa ocorrer em todas as dimensões da Educação Regular. No entanto, esse caminho poderá tornar-se mais fácil se todos os envolvidos buscarem informações, não apenas nos livros, mas com as pessoas envolvidas diretamente no trabalho de inclusão e, principalmente, com indivíduos que tenham algum tipo de limitação. Ele poderá ter, ou até mesmo ser a resposta para muitas perguntas.

È importante ressaltar que o desenvolvimento do portador de necessidades especiais não é só de responsabilidade do professor. Mas, de toda a escola. O educando com necessidades especiais deverá ser acompanhado por uma equipe de apoio como: psicólogo, professor de apoio, para ensino especial, fisioterapeuta e tudo mais que for preciso para o seu desenvolvimento.

O direito de toda criança à educação foi proclamado a Declaração de Direitos Humanos e retificado na Declaração Mundial. Sobre Educação Para Todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto à educação na medida de sua capacidade de estar certo disso. (Declaração de Salamanca e Linha de Ação Espanha, 1994, p.17).

A educação inclusiva implica na criação de alternativas metodológicas que contenham, em seus princípios, meios para proporcionar experiências, tanto individuais quanto coletivas.

Assim, necessitamos de uma escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido em busca de rumos inovadores e em respostas às necessidades de inclusão.

A escola existe em função do aluno. Esse aluno ingressa na escola para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Se isso não acontecer, a escola não está cumprindo sua função.

É nessa busca de melhoria para a escola inclusiva que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os docentes da educação especial e da Educação Infantil. O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor regente da sala, participando de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação.

Ao estudar a temática, compreendeu-se que a educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com necessidades especiais devem fazer parte das escolas. Essas escolas devem modificar seu funcionamento para incluir os alunos com necessidades especiais. E essa busca de respostas para atender à diversidade do processo pedagógico fica, com certeza, mais rico propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

O estudo mostrou que a legislação brasileira é favorável ao atendimento dos alunos com necessidades especiais em classes comuns do sistema regular. Em todos os níveis e modalidades de educação. Melhor situando, pode-se afirmar que essas modalidades compreendem desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Sabe-se que a educação brasileira ainda não aceitou a terminologia da inclusão, pois sequer a palavra “inclusão” tem sido utilizada. Resta saber, que não há leis que

defendam o conceito de educação nessa visão em estudo. O passo que se conseguiu até então em relação à temática de estudo foi a ideia antiga de integração a qual encontra-se em registro na Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20/01/1996, que defende o atendimento gratuito a com necessidades especiais preferencialmente na Educação infantil.

Assim sendo, leis que regulamentam a educação inclusiva são claras. Porém, não são ainda do entendimento de todos os que terão de cumpri-la. Faz-se necessário, por parte da mídia, uma divulgação dos direitos humanos. Isso, para tornar transparente para toda a população brasileira os seus direitos como cidadãos perante a sociedade. É conhecendo os seus direitos que os educandos, com necessidades especiais, terão oportunidades iguais aos alunos considerados normais.

O professor de apoio para ensino especial deve fazer parte integrante da equipe escolar, dando a contribuição do seu saber específico junto aos outros profissionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola e possibilitando o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre o aluno com deficiências e os demais, o professor regente de classe precisa entender o significado de uma escola inclusiva a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender que seus alunos desenvolvem meios diferentes de aprendizagem e, por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.

A escola, enquanto espaço inclusivo, deve considerar seu principal desafio que é o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. Neste começo do III Milênio, a escola não pode mais desconsiderar esse desafio. Ela terá que buscar soluções para lidar com as situações que fujam ao cotidiano.

A educação inclusiva é anunciada como a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos que apresentam deficiências, altas habilidades e condutas típicas de Síndromes. É identificada, hoje, como o caminho mais eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da evocação para todos e com todos.

Analizou-se pensamentos e propostas dos autores mencionados na bibliografia e no texto para ajudar na fundamentação teórica do trabalho. Direcionou-se este estudo para a busca da compreensão dos problemas aqui expostos.

Os fatores perturbadores do processo inclusivo que nos devem levar à inclusão ainda persistem. Segundo as Nações Unidas, eles são: A ignorância, a negligência, a superstição e o medo. A ONU ambiciosa no sentido de estender atendimento de qualidade aos com necessidades especiais tem como meta colaborar para que até o ano de 2.010 estejamos vivendo uma sociedade inclusiva global.

Portanto, constitucionalmente, os alunos com necessidades especiais deverão ter seus direitos garantidos. Torna-se evidente a necessidade da aplicação desses direitos, com urgência. Os governantes que formularam e votaram as leis que nortearão a inclusão de alunos com necessidades especiais, não estão dando o devido respaldo para que aconteça a verdadeira inclusão e para que o aluno portador de necessidades especiais participe ativamente da vida em sociedade e não apenas seja incluso na sala de aula.

O aluno pode se considerar incluso pela escola no momento em que esta oferece condições para que o mesmo se sinta bem e à mesmo esta escola deve estar de acordo com as exigências desses alunos conforme já se citou nesse trabalho. O aluno não deve sentir em nenhuma hipótese, rejeição ou sentimento de inferioridade.

Nesse caso, deverão ser considerados as dificuldades e os impasses, tais como: o despreparo profissional dos educadores, o número excessivo de alunos em sala de aula, o desuso dos programas de capacitação aos professores, as mudanças de governo, os baixos salários, as salas de aula sem condições de realização de um trabalho de qualidade e as precariedades do trabalho dos educadores. Além disso, a informação e a conscientização de modo sistematizado acerca da deficiência.

De acordo com Godofredo, (1999, p.71), diz que:

A partir da análise dos nossos atuais dispositivos legais, podemos concluir que hoje, os modelos brasileiros de educação profissional voltam para a carreira do magistério encontra-se desajustado para o novo momento educacional. Portanto, precisamos de respostas imediatas não só quanto à reformatão de professores do nível médio e do nível superior, mas também, quanto aos profissionais que exercem atividades no magistério hoje, e ainda quanto à criação de programas de educação continuada, necessários ao aprimoramento profissional e ao desempenho de suas funções, considerando o novo paradigma – a inclusão de todos nas escolas de ensino regular.

Faltam pesquisas e propostas para o desenvolvimento esperado para que a inclusão escolar, de alunos com necessidades especiais possa ser implantada com eficiência.

Ainda há muito a ser feito para que possa caracterizar um sistema apto a oferecer oportunidades educacionais a seus alunos de acordo com as suas especificidades e tipos de comportamentos especiais. Não é tarefa fácil pensar sobre a inclusão porque não existe meia inclusão. Ou se defende a inclusão concordando com todos os seus princípios ou ainda não se defende a inclusão. O movimento pela sociedade inclusiva é político e precisa ser cumprido por todos os cidadãos.

A ideia é a de que a presença dos alunos com necessidades educacionais especiais, embora torne o conjunto da turma de alunos mais heterogêneo e complexo, também, o torna mais rico. Aí, exatamente aí, reside o problema que a maioria dos nossos professores do ensino fundamental apresenta. Alegam que não se sentem “preparados” e motivados para a docência infantil, pois ganham muito mal, mas não tendo recursos para compra de livros, revistas especializadas ou para fazerem cursos de atualização, além das condições em que trabalham serem muito adversas... Infelizmente não estão exagerando.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino vem acontecendo em todas as escolas, em especial na Educação Infantil, porém, o aluno que necessita de apoio e amparo, fica sem qualquer respaldo devido a carência de profissionais especializados para atender à demanda. A rede municipal de ensino conta com um professor de recurso (denominação dada ao professor que acompanha com necessidades especiais).

O município tem uma escola referência, onde se encontra matriculada a maior parte dos alunos que apresentam necessidades especiais mais severas. Entretanto, o corpo docente dessa escola encontra-se bastante preparado para o atendimento a esses alunos especiais, pois receberam treinamento e capacitação para lidar com as necessidades de cada aluno.

A escola da rede estadual tem um número menor de alunos inclusos. A maioria desses alunos entrou no ano de 2003 por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que regulamenta a Educação Especial no Brasil, a qual obriga o sistema de ensino regular a matricular o portador de necessidades especiais.

No estado de Goiás, o órgão que atende à demanda em estudo, afirma a respeito da necessidade de atendimento aos com especiais o seguinte:

A superintendência de Ensino Especial vem se desenvolvendo desde 1999 um trabalho de implementação de ações voltada à efetivação da proposta inclusiva, desde a sensibilização, formação de uma rede de apoio a professores e alunos, capacitação das equipes e de setores de apoio à inclusão e a adaptações físicas nas escolas, de tal forma que Goiás vem se consolidando como o pioneiro na construção de uma política de educação Inclusiva. (2001, p. 07 – Programa Estadual de Educação para a Diversidade).

Com isso, foram realizados vários cursos de capacitação para professores, tanto para a rede estadual quanto para a rede municipal. Porém, o que se pôde notar, foi uma grande resistência do professorado em se especializar sobre o assunto. A inclusão de alunos com necessidades especiais assusta, principalmente aos educadores que mostram resistência a esse novo paradigma. As desculpas dos docentes são muitas. E com isso, o tempo vai passando e a verdadeira inclusão só fica no papel.

O Programa Estadual de Educação Para a Diversidade numa perspectiva exclusivista (2001, p. 07) diz que:

Para a sustentação desse novo paradigma foi criada uma rede de apoio envolvendo famílias profissionais, autoridades empresários, organizações governamentais, estabelecendo parcerias como, por exemplo, assinatura do termo de adesão ao programa e aos projetos de inclusão, por 123 municípios, estruturação do setor de apoio à inclusão do estado e dos municípios, parceiros, objetivando formação continuada, acompanhamento às escolas e processos de inclusão, apoio às famílias, alunos e comunidade escolar, a realização de encontros pedagógicos com temas para compreensão da Educação para a Diversidade, realizados nos setores de apoio à inclusão e abertos à comunidade escolar e outras ações como essa, referentes a cursos de meditação em práticas pedagógicas voltadas para a formação de professores inseridos no contexto da educação inclusiva.

As escolas, foram todas reformadas e com a reforma, já foram feitas as adaptações para receber os alunos com necessidades como: rampas, banheiros maiores e com barras, para uso do aluno que se locomove em cadeira de rodas. Mas, as escolas da rede municipal não estão todas prontas para receber os alunos portadores de necessidades especiais. Quanto ao mobiliário destinado ao uso do aluno com necessidades especiais, não se encontrou nenhuma diferença em relação ao mobiliário para os alunos “normais”. Continuam as mesmas carteiras e o quadro negro.

3.1. A inclusão: quando e onde tudo começou

A partir do início do século XX, graças ao desenvolvimento científico e ético da humanidade, estudiosos no assunto vêm mostrando que as diferenças individuais, sendo orientadas por profissionais capacitados e vivendo em comunidades integradoras podem desenvolver seu potencial próprio e permitir que sempre aumente a sua auto-estima.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares requer práticas fundamentadas nos princípios das desigualdades humanas e direito humanos.

Para haver formação da personalidade humana não podemos ter uma atitude de compaixão, como se os alunos com necessidades educacionais especiais fossem dignos de piedade. Diante dos princípios da dignidade humana não é permitido que se faça discriminação dos com necessidades especiais. É exigido que os direitos de igualdade sejam respeitados.

O movimento pela sociedade inclusiva é internacional e o Brasil está participando dele. Isso porque temos 15 milhões de brasileiros portadores de deficiência que precisam de oportunidade de participar inteiramente da vida social conforme direitos adquiridos por Lei.

Na Declaração de Salamanca (1994, p.41), há informações sobre a importância do atendimento em intervenção precoce às crianças deficientes, que devem ser discutidas com a comunidade local inclusiva. No item 51, sobre a educação infantil, consta que:

O sucesso da escola inclusiva depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais desde as primeiras idades. Assim, os programas de atendimento e educação das crianças de até seis anos devem ser desenvolvidos e ou reorientados, no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual, social e a preparação para escola. Tais programas constituem um investimento considerável para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitem a criança. Os programas a este nível devem reconhecer o princípio da inclusão e desenvolver-se e forma global, combinando as atividades pré-escolares com os cuidados precoces de saúde.

Qualquer pessoa, independentemente de suas limitações, tem o direito à dignidade e é merecedora do respeito de seus semelhantes. Por isso, a dignidade humana e a busca

da identidade devem caminhar juntas. Esse caminho nunca é acabado. O cidadão procura sempre uma identidade inconfundivelmente sua.

Essa luta pelos direitos humanos tem incentivado vários debates de qualidade. Diante dessa luta e com muita prioridade, é que Bobbio (2004, p.5), coloca a respeito dos direitos humanos, o seguinte: “Aos direitos humanos são históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”.

Para uma sociedade se tornar justa e democrática todos os educandos, devem ter oportunidades de desenvolvimento intelectual, que lhe garantam uma participação ativa, esse desenvolvimento tem a variação de pessoa para pessoas, porém os limites são imprevisíveis.

A educação inclusiva nas escolas regulares de ensino é vista como uma forma mais recomendável de atendimento educacional para os educandos que tenham algum tipo de necessidade especial. Ela é identificada para os educandos que tenham algum tipo de necessidade especial. Ela é identificada como o caminho para estimular a aprendizagem do educando, favorecendo a socialização entre os alunos com necessidades, com os outros considerados normais. Dessa convivência, resultará a trocas de experiências entre os alunos.

Diante dessa luta pela inclusão de alunos com necessidades especiais na Educação Infantil, a escola deve ser definida como instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças portadoras de deficiências e as nações deficientes.

Segundo Godofredo, (2006, p.32), “A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como meros ativos.”

As colocações acima, estão respaldadas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, a qual diz que:

A educação Especial, portanto, insere-se nos diferentes níveis da educação escolar: Educação Básica – abrangendo educação infantil, educação fundamental e ensino médio e educação superior, bem como na interação com as demais modalidades da educação escolar, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena. (p.28)

O fato de que esses alunos tenham alguma deficiência não quer dizer que eles não tenham habilidades. O objetivo de incluí-los junto às demais crianças é o de adquirir respeito e mostrar a possibilidade de convívio com os alunos especiais.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (p.28)

Essas políticas têm finalidade de agir no social da escola. A partir de um projeto educacional, a instituição escolar se compromete a oferecer qualidade de ensino os alunos, bem como as ações que estejam de acordo com as interações sociais. A inclusão de com necessidades especiais na rede regular de ensino não é uma tarefa simples. Exige do educador uma busca constante de estudos para lidar com a diversidade. O sucesso do educando depende quase que inteiramente do empenho que o seu educador lhe dedique, prestando atenção nos pequenos progressos e tendo a sensibilidade para avaliar os espaços feitos no dia-a-dia.

Conforme afirma Mantoan (2010, p. 68), “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos.” É através da busca de respostas para atender à diversidade que está havendo um grande avanço no processo pedagógico da escola, que com certeza, fica mais rico propiciando um ensino da melhor qualidade para todos. É dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva: alunos, professores, família, escola e comunidade.

Vale lembrar que o movimento de educação inclusiva, frente à realidade educacional brasileira, deve ainda nesse início, nessa fase de transição, ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matrícula do aluno de necessidades educativas especiais na escola pública regular, porque ainda prevalece entre nós a escola especial como o lugar para essas pessoas.

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que todas as pessoas devem aprender. Os com necessidades especiais, estando juntos dos outros, não importam quais as dificuldades ou diferenças que possam ter, é dever das escolas dessa natureza, acolher e atender às suas necessidades adaptando-os aos diferentes comportamentos e ritmos de aprendizagem, oportunizando uma educação de qualidade para todos, consoante com o currículo apropriado.

O currículo escolar tem a definição de “o conjunto de experiência” os quais a escola põe à disposição de seus alunos a fim de que estes desenvolvam suas habilidades e competências.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o currículo tem referências válidas para guiar a educação dos alunos com necessidades especiais e também para todos os outros alunos considerados normais. Seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas atuais, reconhecendo a pluralidade de condições pedagógicas.

O convívio de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino pode ser favorecido quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam e a realização a adaptação curricular e de acesso ao currículo quando pertinentes.

As adaptações curriculares são realizadas em três níveis:

- a) Nos âmbitos gerais, envolvendo o Projeto político pedagógico da escola;
- b) No Âmbito particular; envolvendo o currículo desenvolvido na sala de aula;
- c) No nível individual.

As adaptações devem ser feitas de acordo com as necessidades do aluno, podendo serem dispensadas ou aplicadas de forma reduzida ou, ainda, em alguns casos de forma intensiva. Isso, dependendo do interesse e capacidade de cada necessitado.

Diante de tudo isso, a avaliação dos alunos com necessidades especiais deve acompanhar o progresso de cada aluno. Os procedimentos avaliativos devem ser revistos com carinho, dando oportunidades de crescimento, valorizando cada passo dado para a aprendizagem.

As matrículas feitas para todos os alunos, atendendo também aos especiais nas classes comuns, devem se fazer da mesma forma; as vagas têm garantido para os mesmos dentro da sua diversidade. O desenvolvimento da educação deve ser assegurado pelo aumento da quantidade e da qualidade na criação dos recursos financeiros e serviços públicos e privados que apoiam a pedagogia inclusiva.

O professor é sem dúvida a peça fundamental para o funcionamento da escola. Sendo ela inclusiva, aumenta ainda mais a sua parcela de responsabilidade no processo

de ensino – aprendizagem. Com a inclusão de alunos com necessidades especiais é necessário, de imediato, que os professores adquiram outros conhecimentos além daqueles que receberam nos cursos de formação para o magistério.

Da mesma forma, os cursos de nível médio e superior destinado à formação de professores necessitará de grandes mudanças em sua estrutura curricular a fim de atender a demanda da proposta inclusiva. Os educadores precisam buscar uma formação a fim de identificar e compreender a respeito das necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência.

Essas ações são de suma importância para a construção de uma educação que atenda às necessidades dessa clientela. Para que isso aconteça de fato, há necessidade de profissionais comprometidos com a proposta em questão, cujos mesmos estejam consoantes com a necessidade da inclusão.

Como afirma Mantoan (2010, p.120), “ o princípio de educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles. ” Não obstante, os cursos de formação de professores devem ter como objetivo: informações aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que irão presenciar e o oferecimento de fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz e coerente.

Entretanto, os cursos de formação para professores para a educação especial devem ter, na sua grade curricular, conteúdos referentes aos diferentes tipos de deficiência. A formação dessas profissionais da educação deve estar de acordo com os fundamentos previstos no Art. VI da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 26 de dezembro de 1996.

Segundo Godofredo (1997, p.70), É preciso também, resgatar e exigir o pleno cumprimento da portaria nº 1.793/94 do MEC. A referida portaria recomenda a inclusão da disciplina. Conviver, é respeitar as diferenças, é preciso ser vencida a resistência dentro das escolas qualificadas que possuem alunos de sexo, classe e raça diferenciada. São práticas que devem ser seguidas dentro de uma política Nacional, de gênero e de inclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesse trabalho, conclui-se que inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar. A educação numa democracia é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Logo, é de vital importância que as diretrizes norteadoras da política nacional de educação contemplem a todos os alunos, sem exceção.

Para que a inclusão de alunos com necessidades especiais na Educação Infantil dê certo é preciso que ela conquiste adeptos, que devem apresentar métodos de formação por completo, mostrando à sociedade o porquê do bom relacionamento entre “pessoas especiais” e não deficientes e nas escolas, implantar o aprendizado sobre as diferenças sociais tanto no currículo quanto na prática, utilizar a literatura infantil na luta contra a discriminação.

Fazer da informação o grande meio de se trazer um novo sistema, onde seja feita a união que a partir da mídia, estabelece a informação entre família e escola, sobre o que é realmente uma anormalidade, através de reflexões corretas.

A caminho da sociedade inclusiva, todos têm o papel importante para que as leis, finalmente sejam cumpridas, o governo cumprindo o papel de que lhe cabe na Constituição, empresários oferecendo emprego ao deficiente, se este for eficiente, médicos e cientistas se situando sobre os avanços humanos das pessoas nascidas com síndromes que estudam em escolas de ensino de qualquer natureza, terão orgulho de seus alunos com qualquer tipo de comportamento.

A inclusão dos alunos com necessidade especial na Educação Infantil está acontecendo lentamente como o esperado. Já está provado que o aluno que tem necessidades especiais quando incluso numa sala de aula com menos alunos com professor devidamente especializado, material pedagógico adequado à sua necessidade aprende de acordo com suas limitações.

O que se percebe atualmente, é que a falta de melhores regulamentação e melhor preparo profissional. A maioria dos professores que recebem o aluno com necessidade especial não estão preparados para lidar com a dificuldade apresentada pelo aluno que permanece na turma sem desenvolver-se pedagogicamente.

O aluno especial quando inserido no contexto educacional passa a conviver, com cerca de 35 a 40 crianças em sala dentre as quais estão incluídos os alunos com necessidades especiais, severas, onde o professor vez por outra se vê em sérios apuros, pois está lidando com algo novo, nesse sentido, não está acontecendo a verdadeira inclusão para todos.

Outro agravante perceptível é que a maioria dos pais e dos alunos não estão preparados para aceitar a condição especial do filho que necessita de laudo médico para a inclusão ser de fato iniciada. Em relação aos profissionais da educação, o que se observa é o despreparo dos mesmos para trabalhar em si próprios a aceitação das diferenças, ou por falta de materiais adequados e isso dificulta muito o andamento da inclusão. Em relação aos anos anteriores, a inclusão já deu um grande passo e com certeza ela está sendo cada vez mais fortalecida.

Em suma, com a realização do trabalho, percebeu-se que a inclusão existe apenas no papel, sua prática não é aplicada, e a inclusão perde o sentido, revelando-se não só ineficaz às finalidades pedagógicas do ensino escolar, como consubstanciando-se em crime discriminatório praticado contra os deficientes pelo próprio Poder Público, na medida em que as omissões no seu atendimento apresentam perfeita compatibilidade com a conceituação do legislador de conduta ilegal de discriminação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2004, trad. Carlos Nelson Coutinho.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC**. SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

_____. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre

Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

GODOFREDO, Vera Lúcia Flor S. Et al. **Salto Para o Futuro Especial: Tendências atuais/** Secretaria de Educação à Distância Brasília: Ministério da Educação, 1999.

GOIÁS. **Resolução CEE nº 7, de 15 de dezembro de 2006.** Estabelece normas e parâmetros para a educação inclusiva e a educação especial no sistema educativo de Goiás e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-02/res__cee_nr_07_de_15_dezembro_2006.pdf. Acesso em: 09/2022.

MANTOAN, Maria Teresa Engler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ministério da Educação. Brasília: Secretaria, 1987.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais – MEC – Brasília,** 1999.

SASSAKI, Romeu Cazumbi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

STAINBACK, Susan e WILLIAM. **Inclusão: Um guia para educadores.** Susan: Porto Alegre, 1999.